
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA IMAGEM DA “BOA MÃE”: O IMPERATIVO DA AMAMENTAÇÃO¹

ADALENE TORRES BARRETO SALES [adalene.sales@gmail.com], DENISE COUTINHO [denisecontinho1@gmail.com] E
ANA CECÍLIA DE SOUZA [bastosanaceciliabastos@gmail.com]

RESUMO

Nos últimos anos, observa-se o retorno maciço à ideia de incentivo ao aleitamento materno. O discurso oficial de incentivo a esta prática reforça o ideal de boa mãe, construído ao longo da história da humanidade e sempre fomentado pelas campanhas em favor do aleitamento materno. Esta revisão bibliográfica busca descrever e compreender como, historicamente, a relação entre boa maternagem e amamentação foi cristalizada pelas práticas discursivas apoiadas no discurso acadêmico que, em certa medida, incorporam saberes populares e tradições. Uma das consequências de uma análise mais aprofundada sobre esta construção histórica é a possibilidade de refletir sobre o modo como o discurso oficial (técnico) e não-oficial corroboram para a manutenção do papel tradicional mãe/mulher e a naturalização da equação amamentação = boa mãe.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação. Aleitamento Materno. “Boa mãe”. Maternidade. Maternagem.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a questão do aleitamento materno tem se tornado um ponto chave nas políticas públicas de saúde nos países ocidentais (AMORIM, 2008; SANDRE-PEREIRA, 2006; WALL, 2001), mobilizando organismos governamentais e não-governamentais do mundo com o objetivo de promover a amamentação.

O marco desse crescente interesse pelo aleitamento materno é a 27ª Assembléia Mundial da Saúde, em 1974, quando são apresentados dados relacionando altas taxas de mortalidade e desnutrição infantis com diminuição do aleitamento materno em diversas regiões do mundo (NELSON, 2006). Fatores socioculturais são citados como causas, incluindo fabricação e divulgação de produtos substitutivos do leite materno.

A partir desse encontro, os países ali presentes são convocados a avaliar as atividades de promoção e venda de alimentos para lactentes, além de desenvolver políticas públicas de saúde com o objetivo de promover a amamentação.

No Brasil, as primeiras iniciativas governamentais aparecem em 1982, quando o Ministério da Saúde implanta a Política Nacional de Aleitamento Materno (PNAM) alinhando, assim, políticas locais a iniciativas fomentadas primariamente pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

1 Esta revisão bibliográfica é parte da dissertação de mestrado em Psicologia do Desenvolvimento/UFBA da primeira autora deste texto, defendida em 2011, intitulada “Transição para a maternidade em narrativas sobre amamentação numa comunidade de mães do Orkut”, na linha de pesquisa “Infância e Contextos Culturais”.

É, pois, nesse clima de incentivo à amamentação que o tema aparece em grande número de pesquisas acadêmicas, especialmente aquelas com ênfase nos aspectos imunológicos, nutricionais e fisiológicos do leite materno e da amamentação (ALMEIDA & NOVAK, 2004; NAKANO et al., 2007; NELSON, 2006; SUDO, 2004; SWEET, 2008). Contudo, apesar desse crescente interesse nas últimas décadas, o aleitamento materno talvez seja “a prática alimentar mais discutida em todos os tempos” (AMORIM, 2008).

Segundo Araújo e Almeida (2008), evidências científicas em relação aos benefícios do leite materno na alimentação do bebê humano configuram um contexto de práticas investigativas acadêmicas de extrema importância para prevenção de desnutrição e mortalidade infantil. É importante destacar que, por essa razão, investigações no campo das ciências médicas e biológicas são maioria em relação aos estudos existentes nas ciências humanas e sociais aplicadas.

Muitos desses trabalhos apontam para a necessidade de investigar o aleitamento materno considerando aspectos socioculturais e subjetivos, sugerindo, portanto, um olhar direcionado para práticas cotidianas. A investigação dessas práticas, além disso, sugere que sejam consideradas as experiências de quem está diretamente envolvido no processo: a mãe.

Esta revisão de literatura se deu a partir de uma aproximação entre os termos maternidade e amamentação. Por um lado, estudos (BOBEL, 2001; WINNICOTT, 1994) compreendem a amamentação como a corporificação mais tangível da maternidade, permitindo considerá-la como experiência central na transição para a maternidade; uma outra vertente (SANDRE-PEREIRA, 2005; PARAT, 1999; VALSINER, 2007) identifica uma “imagem materna”, construída ao longo da história e culturalmente transmitida, que amalgamou o ato de amamentar à representação da “boa mãe”.

Vale ressaltar, todavia, que recusamos a noção de que existe uma continuidade entre os seres humanos e demais mamíferos. Concordamos com Althusser (1985, p.65) quando ele diz que

logo no primeiro momento em que a criança vive a sua relação imediata com um ser humano (mãe) [...] (ou seja, a relação de uma criancinha humana com uma mãe humana) – está marcada e estruturada, em sua dialética, pela própria dialética [...] da Ordem humana, da norma humana (as normas dos ritmos temporais da alimentação, da higiene, dos comportamentos, das atitudes concretas do reconhecimento.

A referência a esta noção de continuidade entre espécies, em última análise, alude à suposição de que, no processo de desenvolvimento, o bebê humano passa de um “estado de natureza” para um “estado de cultura” (OLIVEIRA, 1995; PINO, 2005). Concordamos, pois, com Badinter (2010) que entende a presença do tema “aleitamento materno” como milenar, mas que não toma a longevidade do interesse pelo tema e de sua manutenção na vida concreta como natural e biológico. Ao invés, explora os determinantes filosóficos e culturais que praticamente têm perenizado a equação mulher = boa mãe nas sociedades contemporâneas.

2 AMAMENTAÇÃO E MATERNIDADE: CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente, a amamentação tem sido tratada como prática indissociável do “ser mãe”. Já no século XVI, os tratados médicos são permeados por defesas do aleitamento materno, cujo argumento básico é que a criança sugava o caráter e as paixões de quem a amamentava (KNIBIEHLER, 2003; PARAT, 1999; SUDO, 2004), devendo, para evitar desvios e degenerescência, receber o leite de sua mãe biológica. Além desse argumento, os discursos também sustentavam que essa prática é um princípio moral (GUILLEMEAU apud BACALEXI, 2005) e que a mulher se torna mãe por completo quando nutre o filho com seu próprio leite (SANDRE-PEREIRA, 2006).

Embora existam registros de que, nas civilizações grega e romana, mães entregavam seus filhos para serem amamentados por outras mulheres, (SILVA, 1990), é a partir do século XVII que o recurso às amas-de-leite se dissemina por toda a Europa, e também nos países colonizados pelos europeus, como o Brasil (BOSI, 2005).

Essa prática, contudo, começa a ser combatida a partir do século XIX, com o surgimento da puericultura científica, cujas principais preocupações giravam em torno das altas taxas de mortalidade infantil associadas, entre outros motivos, às práticas de complementar a amamentação dos lactentes com amas-de-leite (ROLLET-ECHALIER, 1990).

No século XIX, o higienismo estabelece a amamentação como um ato natural da maternidade. A proliferação desse discurso colabora para cristalizar a relação entre maternidade e amamentação (ALMEIDA & NOVAK, 2004; CROSSLEY, 2009). A tônica do discurso higienista era que a “boa mãe” amamentava seu filho com o melhor alimento que ele poderia ter: o seu leite.

Segundo Valsiner (2007), o discurso social sobre o leite materno nos séculos XVIII e XIX, na Europa, tinha com função primária guiar as mães para que “assumissem, elas próprias, as obrigações de verdadeiras mães”² (p.102). Essa mãe valorosa forja o modelo de “boa mulher” e “boa mãe”, ou seja, oferece uma “imagem materna” que amalgama o ato de amamentar à representação da “boa mãe”.

No Brasil, há relatos sobre as práticas de aleitamento materno entre os tupinambás, grupo indígena que habitou diversos pontos do litoral brasileiro durante os séculos XVI-XVII. Registros feitos sobre esses povos, inclusive por Pero Vaz de Caminha, contam que mulheres dessas tribos passavam o dia fazendo suas atividades rotineiras com o filho “atado com um pano aos peitos” (ROCHA apud SILVA, 1990, p.22).

Quanto à duração, alguns registros indicam, entre índios brasileiros, “uma criança que já, sem a guarda dos adultos, brinca correndo com outras crianças se sacia ainda nos seios maternos” (BALDUS apud SILVA, 1990, p.22). Freyre (2006) comenta que, em alguns casos, o aleitamento materno poderia se estender até os sete anos de idade. A duração da amamentação podia, portanto, chegar à segunda infância, denominada curimim-mirim, cujo período vai da aquisição da marcha até os 7-8 anos. Nesse período, as crianças tinham a liberdade de mamar quando quisessem (SILVA, 1990).

2 “Guide them towards assuming the ‘duties of real mothers’ themselves”.

Já entre os brancos, observa-se influência determinante dos costumes europeus. As mulheres que aqui chegam no período colonial trazem práticas européias em relação aos cuidados infantis e aleitamento materno (SILVA, 1990.). Mas, como nota Freyre (2006), a proximidade de mulheres e crianças com escravos trazem aspectos da cultura africana para a configuração da família colonial.

Essa população, estranha ao núcleo familiar, infiltrava-se continuamente na casa, responsabilizando-se, muitas vezes, por tarefas diretamente ligadas à intimidade física e emocional dos indivíduos, como as de higiene e amamentação do recém-nascido (SILVA, 1990, p.32).

Assim, o que se vê é a transposição para o novo continente da prática européia da ama-de-leite (SILVA, 1990). Segundo Freyre, “de Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem seus filhos, confiando-as ao peito de [...] escravas” (FREYRE, 2006, p.359). O costume se deve, também, ao modo como a infância e a relação entre mãe e filho eram vistas no século XVI. De acordo com Badinter (1985), nessa época, havia uma indiferença social em relação à criança, traduzida na desvalorização social da maternidade. Não havia, inclusive, condenação em relação à escolha de não-amamentar, e as mulheres podiam abandonar esse hábito, considerado deselegante, pois afetava sua vida social.

De acordo com Silva (1990), embora os registros da época sejam escassos, pode-se deduzir que o recurso às amas-de-leite era bem disseminado no Brasil. Para o autor, a presença constante do tema nos discursos médicos que circulavam em jornais e revistas a partir do século XIX pode ser tomado como indicativo da popularidade da utilização de amas-de-leite. Observa-se, então, crescente apropriação médica da infância e da saúde da mulher. Nesse contexto, diferentemente do século XVI, o discurso de condenação das práticas populares, produzido pela medicina higienista, altera crenças e práticas em relação à amamentação. A puericultura, por sua vez, faz da alimentação em geral, e dos aleitamentos materno e artificial em particular, sua principal preocupação.

Assim, a partir do século XIX, o discurso médico no Brasil trata a amamentação de forma similar àquela preconizada pelo higienismo na Europa: existe valor moral na amamentação; a amamentação define o que é ser uma boa mãe; o leite materno transmite ao filho características que vão moldar seu caráter (GUILLEMEAU apud BACALEXI, 2005; KNIBIEHLER, 2003; PARAT, 1999; SANDRE-PEREIRA, 2006; SUDO, 2004).

As teses em medicina da época que tratam da infância apresentam

uma teoria muito difundida à época: de que com o leite se transmite a pureza dos costumes e a força da constituição. Assim, uma criança amamentada por mercenária ou escrava tornar-se-ia, no imaginário social, degenerada, bebendo-lhe os vícios do caráter e os germens das suas enfermidades. Considera que, se a mãe não amamenta, rompe-se a afeição e se apaga a chama sagrada do amor maternal (SILVA, 1990, p.51).

Do ponto de vista antropológico, muitos estudos apontam para o valor simbólico que o leite materno assume em diversas culturas (BONTE, 1994; SANDRE-PEREIRA, 2004). Os habitantes de

Ban Nakham, por exemplo, entendem que a amamentação do bebê é uma continuidade da alimentação intra-uterina cujo valor reside em “instituir e manter uma relação fundada na reciprocidade através do dom de alimentar” (ibid., s/p).

Aqui, podemos ver duas ideias que permanecem presentes nos discursos contemporâneos de incentivo ao aleitamento materno: a amamentação como uma continuidade da gestação e também um meio importante para estabelecer e manter a relação entre mãe e bebê. Estes discursos sugerem, ainda, o aleitamento materno como qualificador da mulher.

Veremos a seguir que a relação estreita entre “maternidade” e “amamentação”, historicamente construída e culturalmente disseminada, persiste nos dias atuais, estabelecendo a amamentação como função essencial da mãe e inapelavelmente associada à maternidade (COSTA apud SUDO, 2004; WALL, 2001; WHO, 1989).

3 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O ALEITAMENTO

Em que pese o grande número de estudos sobre o tema do aleitamento materno, a abordagem biomédica é hegemônica. Vale notar que tais estudos apresentam forte teor prescritivo, tendo dois focos principais: os benefícios nutricionais e fisiológicos dessa prática e o estabelecimento de técnicas e condutas que garantam a amamentação e sua continuidade.

Dentre os estudos na área de saúde, os mais frequentes são aqueles que enfatizam a necessidade de educação para amamentação, tanto dos profissionais de saúde quanto das mulheres (CABRAL et al., 2006; COUTINHO et al., 2005; DODGSON & TARRANT, 2007; FRANÇA et al., 2008; GALVÃO et al., 2006; OMER et al., 2008; PIVANTE et al., 2006; SAES et al., 2006; SEPKA et al., 2007; TURCZINSKI et al., 2006; WEIGERT et al., 2005). É consenso nesses estudos que a informação seria a forma mais indicada de prevenir o desmame precoce devido às práticas desfavoráveis à amamentação: uso de chupeta, aleitamento com mamadeira, amamentação com intervalos fixos entre as mamadas, rachaduras no seio da mãe, queda de produção, baixo ganho de peso do bebê etc.

Em relação ao profissional de saúde, estudos apontam que a informação caminha em paralelo com a posição favorável ou desfavorável em relação à amamentação. Como o padrão de atendimento materno-infantil predominante é médico-hospitalar, sendo esta uma característica da maternidade contemporânea (MILLER, 2007), o profissional de saúde pode desempenhar papel significativo no estabelecimento e na manutenção do aleitamento materno, desde que esteja convencido dos seus benefícios (DOGSON & TARRANT, 2007; OMER et al. 2008).

Alguns autores, contudo, ressaltam a necessidade de estudar aspectos culturais, sociais e subjetivos envolvidos na amamentação (ALMEIDA & NOVAK, 2004; QUEIROZ, 2005; SUDO, 2004; SANDRE-PEREIRA, 2004, 2006; WALL, 2001). Segundo esses autores, um olhar sobre as práticas cotidianas indica que tais fatores interferem no discurso prescritivo da medicina, e que técnicas de amamentação e informações científicas são insuficientes. Em suma, sugerem que a dimensão cultural

e subjetiva desempenha importante papel no processo de aleitamento materno e, portanto, devem ser consideradas.

Almeida e Novak (2004) destacam que a explicação para o descompasso entre empenho na promoção e baixas taxas de aleitamento materno atuais pode ser buscada investigando-se determinantes sociais, culturais e psíquicos.

Britton e Britton (2007) recomendam atentar às variáveis sociodemográficas na elaboração de campanhas de promoção e incentivo ao aleitamento materno, pois a idade materna, nível de escolaridade e etnicidade são fatores que influenciam a escolha materna em relação ao modo de aleitar seu bebê (seio ou mamadeira). Segundo eles,

conhecimento materno, crenças e atitudes sobre alimentação infantil, a maioria dos quais se manifesta antes do nascimento da criança, estão fortemente relacionados com as reais práticas de alimentação (ibid., p.431) ³.

Esses autores ainda destacam que o autoconceito materno tem impacto sobre a escolha entre amamentar e não amamentar ao seio. Em outras palavras, a amamentação, apesar de ser um comportamento biologicamente induzido, “é socioculturalmente condicionada, tratando-se, portanto, de um ato impregnado de ideologias e determinantes que resultam das condições concretas de vida” (ALMEIDA & NOVAK, 2004, p.120). Os autores ainda acrescentam que, ao se reduzir a prática do aleitamento materno ao aspecto biológico e, portanto, a uma causalidade determinista linear, como fazem alguns estudos, também se produz um discurso que desconsidera a dimensão social, cultural e subjetiva do aleitamento materno, supervalorizando abordagens essencialistas sobre a maternidade (CROSSLEY, 2009; SUDO, 2004; WALL, 2001) e, acrescentamos, sobre o desenvolvimento infantil, uma vez que grande parte da discussão sobre os benefícios da amamentação para o bebê, para a mãe e para relação entre ambos baseia-se na condição de imaturidade do recém-nascido.

As perspectivas que defendem o estado de imaturidade ao nascer (PINO, 1995; SMALL, 1998) e a total dependência, inclusive alimentar, que o bebê humano tem de sua mãe se alinham àquelas que defendem a continuidade entre algumas espécies animais e o ser humano. Para essas, o estado de imaturidade e total dependência são características importantes da classe Mammalia, à qual pertence o homo sapiens (ICHISATO & SHIMO, 2002). Dentro desse quadro biologizante, o discurso médico defende que o leite materno é o alimento mais adequado porque: 1) o bebê nasce com o reflexo de sucção que permite a extração do leite das mamas da mãe; 2) as propriedades do leite materno são condizentes com o estágio do desenvolvimento do aparelho digestivo, visto que esse é um dos órgãos que amadurecem após o nascimento (ALMEIDA & NOVAK, 2004; ICHISATO & SHIMO, 2002); 3). Além disso, pesquisas recentes apontam que apenas o leite materno possui todos os ácidos graxos essenciais para a mielinização do sistema nervoso (CASPI et al., 2007).

³ “maternal knowledge, beliefs, and attitudes regarding infant feeding, most of which are manifested prior to birth of the child, are strongly linked with actual feeding practices”.

Ainda segundo alguns estudiosos (BRITTON & BRITTON, 2008; BRITTON, BRITTON & GRONWALDT, 2005; FERGUSSON & WOODWARD, 1999; SMALL, 1998), o aleitamento materno também proporciona a proximidade física do recém-nascido com a mãe, tão importante para a regulação térmica, estabilidade dos batimentos cardíacos e ritmo respiratório do bebê. Para esses autores, a ocitocina, hormônio responsável pela descida do leite até os ductos e sua ejeção, é também responsável pela ligação – bonding – da mãe com seu bebê (PIERREHUMBERT, 2001). Essa condição biológica contribui, portanto, para o discurso de incentivo ao aleitamento materno colocar a amamentação como tarefa importante da mãe (QUEIROZ, 2005).

Teorias etológicas e psicológicas colaboram para colocar no centro do discurso de incentivo ao aleitamento materno a ideia de que se trata de uma prática indissociável do “ser mãe” (CASPI et al., 2007; ICHISATO & SHIMO, 2002; SMALL, 1998). Muitos autores afirmam que essa prática é central na relação mãe-bebê, a partir da qual o desenvolvimento emocional e a organização psíquica acontecem (QUEIROZ, 2005; PARAT, 1999, 2006; WINNICOTT, 1975). Algumas autoras chegam a afirmar que a dinâmica entre amamentação, tornar-se e ser uma boa mãe (MARSHALL et al., 2007) abarca toda a experiência cotidiana da recém-mãe.

Nessa direção, alguns autores argumentam que a visão naturalizada da maternidade é construída por práticas discursivas que, na verdade, são atravessadas pelas condições históricas e culturais. Em outras palavras: a noção contemporânea de maternidade é historicamente estabelecida (KNIBIEHLER & NEYRAND, 2004) e culturalmente contextualizada (PIZZINATO & CALESSO-MOREIRA, 2007). Ela indica um “conjunto de crenças e significados em permanente evolução” (MOLINA apud PIZZINATO & CALESSO-MOREIRA, 2007, p.224) submetido às influências sociais e culturais.

Alguns estudos também destacam os aspectos sociais e culturais quando discutem a influência do aleitamento materno sobre desempenho cognitivo (PÉREZ-ESCAMILLA, 2005; KRAMER et al., 2008) e ajustamento social (BRITTON, BRITTON & GRONWALDT, 2005; SMALL, 1998; FERGUSSON & WOODWARTH, 1999). Para estes autores, tais aspectos limitam a generalização dos resultados. Segundo esses estudos, fatores como a personalidade da mãe, suas percepções sobre maternidade e infância, grau de escolaridade e condição social tanto influenciam o estabelecimento e manutenção da amamentação como incidem sobre o desempenho cognitivo e ajuste social da criança ao longo da vida.

A amamentação mantém, como vimos, uma estreita relação com a maternidade em diversos contextos culturais e ao longo da história da humanidade (BADINTER, 2010; JOHNSON et al., 2009; VALSINER, 2007). Além disso, a relação entre amamentação e maternidade varia de acordo com as representações sociais e culturais da maternidade e do papel social da mulher em determinada época (SUDO, 2004). Nesse sentido, Kaufman e colaboradores (2009, s/p) argumentam que é preciso considerar a “complexa dinâmica sociocultural associada à amamentação”⁴.

Várias autoras insistem na permanência desses valores nos dias atuais (BOBEL, 2001; BLUM, 1990; CHODOROW, 2005; KNIBIEHLER, 2001; MARSHAL et al., 2007; SMITH, 2001; WALL, 2006).

4 “the complex sociocultural dynamics associated with breastfeeding”.

Para elas, o cotidiano da mãe contemporânea com seu novo bebê é organizado em torno da experiência da amamentação ou da não-amamentação. Wall (2008) vai mais além ao afirmar que a experiência da maternidade na atualidade é moldada pelos significados de maternidade presentes no discurso oficial de incentivo ao aleitamento materno.

Em recente livro, Badinter (2010), ao refletir sobre um aparente retorno à imagem de mãe e mulher presente até a década de 1960, na qual a maternidade é colocada como principal destino feminino, afirma que “o aleitamento (materno) está no âmago da revolução materna à qual assistimos”⁵ (ibid., p.101) desde a década de 1980. Na década de 1960, com o controle da natalidade, que se traduz em autonomia das mulheres em relação à sua condição biológica, elas puderam planejar suas vidas reprodutivas, inclusive escolhendo não ter filhos, dando prioridade às suas carreiras profissionais. Nesse contexto, também se tornou possível escolher amamentar ou não, transferindo, inclusive, aos pais homens o papel de alimentar a(o) filha(o) com a mamadeira. As mulheres, assim, viram-se livres para explorar o mundo do trabalho, adiar casamento, maternidade ou, simplesmente, abrir mão da maternidade e da amamentação. Para a autora, a não amamentação, nessa época, era um signo, para a mulher, de nova forma de conduzir a vida, priorizando experiências no espaço público em detrimento da esfera privada, doméstica. Nesse sentido, Badinter (ibid., p.101) diz sobre o aleitamento materno: “Esse gesto milenar, longe de ser anódino, exprime uma filosofia da maternidade que condiciona o estatuto da mulher e seu papel na sociedade”⁶.

Chodorow (2002), por sua vez, afirma que a noção contemporânea de maternidade, aquela que encontramos nos discursos de incentivo ao aleitamento materno, é consequência da transposição social e cultural das capacidades que as mulheres têm de dar à luz e amamentar, tal como uma disposição biologicamente orientada que se traduz em marcas culturalmente atualizadas.

Em estudo utilizando observação de interações entre mães, bebês, parteiras e profissionais de saúde na situação de aleitamento materno e entrevistas semi-estruturadas com 22 dessas mães, Marshall e colaboradores (2007) concluem que o “tornar-se mãe” implica a negociação constante entre os ideais do discurso de incentivo ao aleitamento materno – a “boa mãe” é aquela que amamenta – e as diversas concepções de maternidade presentes no contexto social (incluindo a família e o marido/companheiro) e cultural. Em síntese, a experiência de amamentar incorporaria a negociação entre significados particulares e coletivos – social e culturalmente estabelecidos – de maternidade, explicitando claramente o modo como a maternidade é construída em torno da dinâmica de negociação e renegociação de significados. Além disso, segundo Bobel (2001), a amamentação é a forma mais tangível da incorporação da maternidade.

Por envolver, portanto, uma profusão de sentimentos e sensações que a mãe e o bebê vivenciam durante a mamada (WINNICOTT, 1975) e por ser uma questão contemporânea de regulação social e

5 “est au coeur de la révolution maternelle à laquelle nous assistons”.

6 “Ce geste millénaire, loin d’être anodin, exprime une philosophie de la maternité qui conditionne le statut de la femme et son rôle dans la société”.

cultural da maternidade, endossada pelo discurso médico-científico (SUDO, 2004; SWEET, 2008), a amamentação, ainda que negligenciada nesse debate, pode ser, durante a transição inicial para tornar-se mãe, uma forma privilegiada de acesso à construção de significados de maternidade pela mulher.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser constatado acima, vários autores apontam, contemporaneamente, a necessidade de estudar aspectos socioculturais e subjetivos do aleitamento materno, sugerindo, portanto, um olhar direcionado para as práticas cotidianas relacionadas com essa atividade. Aproximam, pois, discussões sobre amamentação daquelas sobre maternidade. Tal aproximação vem sendo construída, mas também desconstruída, ao longo da história da humanidade.

Nesse contexto, considerarmos o discurso de incentivo ao aleitamento materno, uma vez que reproduz o discurso normativo da ciência contemporânea, historicamente construído. Desse modo, a experiência de aleitar o bebê no seio torna-se signo da relação mãe-bebê e, sobretudo, associa aleitamento materno à boa maternagem. Em outras palavras, as campanhas de incentivo ao aleitamento materno, ao tempo em que estimulam a amamentação, cristalizam significados sobre maternidade, especialmente sobre o que é ser uma “boa mãe” (aquela que amamenta).

Apesar dos benefícios (para a saúde do bebê e da mulher), o aleitamento materno precisa ser visto como uma prática discursiva que é modelada e modela o lugar social da mulher e da criança. Desse modo, estudos que explorem aspectos ideológicos do discurso de incentivo (oficial e não-oficial) podem ampliar o alcance dessas medidas de controle e questionar a manutenção do papel da mãe/mulher, com a normatização da maternidade e a medicalização da relação mãe-bebê. Pode, ademais, desmontar a equação “aleitamento materno = boa mãe”, demonstrando o que há de político, ideológico e conservador nessa ideia milenarmente naturalizada.

REFERÊNCIA

AALMEIDA, J. A. G de; NOVAK, F. R. Amamentação: um híbrido natureza cultura. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 8, 5 supl, p. 119-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n5s0/v80n5s0a02.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2007.

ALTHUSSER, L. Freud e Lacan. *Marx e Freud: introdução crítica-histórica*. Trad. Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMORIM, S. T. S. P. de. Aleitamento materno ou artificial: práticas ao sabor do contexto. *Brasil (1960-1988). Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 581-598, maio/agosto 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/14.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

ARAUJO, R. M. A.; ALMEIDA, J. A. G. de. O aleitamento materno na pós-graduação em nutrição no Brasil: um perfil das dissertações e teses de 1974 a 2004. *Revista Brasileira Saúde Materna e Infantil*, Recife, v. 8, n. 1, jan/março 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v8n1/14.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

BACALEXI, D. Responsabilités féminines: sages-femmes, nourrices et mères chez quelques médecins de l'Antiquité et de la Renaissance. Gesnerus, Bern, v. 62, n. 1-2, 2005, p. 5-32. Disponível em: < http://www.gesnerus.ch/fileadmin/media/pdf/2005_1-2/005-032_Bacalexi.pdf >. Acesso em: 22 abr. 2009

BADINTER, E. Le conflit: la femme et la mère. Paris: Flammarion, 2010.

BADINTER, E. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BLUM, L. M. The social construction of motherhood: breastfeeding as a topic for feminist research. Social Organization, Center for Research on Working Paper Series (CRSO). University of Michigan. Dez 1990. Disponível em: < <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/51203/1/436.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2007.

BOBEL, C. G. Bounded Liberation: a focused study of La Leche League International. Gender & Society, Lawrence, KS, v.15, n.1, fev. 2001. Disponível em: < <http://gas.sagepub.com/content/15/1/130.full.pdf> >. Acesso em: 3 out. 2008.

BONTE, P. Le sein, l'alliance, l'inceste. In: GILLET, P. (sous la direction de). Mémoires lactées, Blanc, bu, biblique: le lait du monde. Coll. Mutations/Mangeurs. Paris: Autrement, 1994.

BOSI, M. L. M.; MACHADO, M.T. Amamentação: um resgate histórico. Cadernos ESP – Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza, CE, v. 1, n. 1, jul-dez/2005. Disponível em: < http://www.amamentacao.com/upload/arquivos/arquivo1_1688.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2008.

BRINTON, J. R.; BRINTON, H.L. Maternal Self-Concept and Breastfeeding. J. Hum. Lact., v. 24, nº431-438 November 2008.

BRINTON, J. R.; BRINTON, H.L.; GRONWALDT, V. Breastfeeding, Sensitivity and Attachment. Journal of the American Academy of Pediatrics, v. 118, nº 5. November 1, 2006. pp. E1436-e1443.

CABRAL, I. E.; RODRIGUES, E. da C. O método mãe canguru em uma maternidade do Rio de Janeiro 2000-2002: necessidades da criança e demanda de educação em saúde para os pais. Texto contexto - enferm., Florianópolis, RS, v.15, n. 4, p.629-636, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a11.pdf> >. Acesso em: 1 abr. 2010.

CASPI, A.; WILLIAMS, B.; KIM-COHEN; CRAIG, I.W.; MILNE, B.J.; POULTON, R.; SCHALKWYK, L.C.; TAYLOR, A.; WERTS, H.; PFFIT, T. Moderation of breastfeeding effects on the IQ by genetic variation in fatty acid metabolism. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, Washington, DC, v. 104, n. 47, p. 18860-18865, 2007. Disponível em: < <http://www.pnas.org/content/104/47/18860.full.pdf> >. Acesso em: 23 abr. 2008.

CHODOROW, N. Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

COUTINHO, S. B.; LIMA, M. de C.; ASHWORTH, P.I.C.L. Impacto de treinamento baseado na Iniciativa Hospital Amigo da Criança sobre práticas relacionadas à amamentação no interior do Nordeste. Jornal de Pediatria. Porto Alegre, v. 81, n. 6, 2005, p. 471-477. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n6/v81n6a11.pdf> > Acesso em: 9 abr. 2009.

CROSSLEY, M. L. Breastfeeding as a Moral Imperative: An Autoethnographic Study. Feminism & Psychology, New Zealand, v. 19, n. 1, p.71-87. Disponível em: < <http://fap.sagepub.com/content/19/1/71.full.pdf+html> >. Acesso em: 13 jun. 2009.

DOGSON, J. E.; TARRANT, M. Outcomes of a breastfeeding educational intervention for baccalaureate nursing students. *Nurse Education Today*, New York, v. 27, n. 8, p.856-867, nov. 2007. Disponível em: < [http://www.nurseeducationtoday.com/article/S0260-6917\(06\)00211-5/pdf](http://www.nurseeducationtoday.com/article/S0260-6917(06)00211-5/pdf) >. Acesso em: 30 maio 2009.

FERGUSON, D.M.; WOODWARD, L.J. Breast feeding and later psychosocial adjustment. *Paediatric and Perinatal Epidemiology*, v. 13, n.2, pp. 144-157, April 1999.

FRANCA, M. C. T.; GIUGLIANI, E. R.J; OLIVEIRA, L.D. DE; WEIGERT, E.M.L.; ESPIRITO SANTO, L.C. do; KÖHLER, C.V.; BONILHA, A.L. de L. Uso de mamadeira no primeiro mês de vida: determinantes e influência na técnica de amamentação. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 607-614, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2008nahead/6206.pdf> >. Acesso em: 1 abr. 2009.

FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006.

GALVÃO, M. T. G.; VASCONCELOS, S. G.; PAIVA, S. S. Mulheres doadoras de leite humano. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 157-161, abr/jun 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n2/a06v19n2.pdf> >. Acesso em: 8 abr. 2009.

ICHISATO, S. M. T., SHIMO, A. K. K. Revisitando o desmame precoce através de recortes da história. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, p. 578-585, jul/ago 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n4/13371.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2008.

JOHNSON, S.; WILLIAMSON, I.; LYTTLE, S.; LEEMING, D. Expressing yourself: a feminist analysis of talk around expressing breast milk. *Social Science & Medicine*, West Yorkshire, v. 69, n. 6, p. 900-907, 2009. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19646802> >. Acesso em: 30 set. 2009.

KAUFMAN, L.; DEENADAYALAN, S.; & KARPATI, A. Breastfeeding Ambivalence Among Low-Income African American and Puerto Rican Women in North and Central Brooklyn. *Maternal and Child Health Journal*, New York, v.14, n.5, p. 696-704, 2009. Disponível em: < <http://www.springerlink.com/content/p47u5621245h71u2/> >. Acesso em: 11 ago. 2009.

KNIBIEHLER, Y. e NEYRAND, G. (Org.). *Maternité et Parentalité*. Paris: Éditions ENSP, 2004.

KNIBIEHLER, Y. L'allaitement et la société. *Recherches Féministes*, Quebec, v. 16, n. 2, p. 11-33, 2003. Disponível em: < <http://www.erudit.org/revue/rf/2003/v16/n2/007766ar.html> >. Acesso em: 13 abr. 2009.

KNIBIEHLER, Y. Um nouveau rapport entre féminité et maternité. In: _____. (Org.) *Maternité, affaire privée, affaire publique*. Paris: Bayard, 2001.

KRAMER, Michael S. et al. Breastfeeding and child cognitive development: new evidence from a large randomized trial. *Archives of general psychiatry*, v. 65, n. 5, p. 578-584, 2008.

MILLER, T. "Is This What Motherhood is All About?" Weaving Experiences and Discourse through Transition to First-Time Motherhood. *Gender & Society*, Lawrence, v. 21, n. 3, p.337-358, jun. 2007. Disponível em: < <http://gas.sagepub.com/content/21/3/337.short> >. Acesso em: 29 maio 2009.

NAKANO, A. M. A Metasynthesis of Qualitative Breastfeeding Studies. *Journal of Midwifery & Women's Health*, Malden, MA, v. 51, n. 2, p.e13 -e20, 2006. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1526952305004538> >. Acesso em: 3 mar. 2009.

NAKANO, Ana Márcia Spanó et al. Women's social space and the reference for breastfeeding practice. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 230-238, mar./abr. 2007.

- Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n2/v15n2a07.pdf> >. Acesso em: 1 jan 2009.
- OLIVEIRA, M. K. D. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.
- OMER, K.; MHATRE, S.; ANSARI, N; LAUCIRICA, J.; ANDERSON, N. Evidence-based training of frontline health workers for door-to-door health promotion: a pilot randomized controlled cluster trial with Lady Health Workers in Sindh Province, Pakistan. *Patient Educ. Couns.*, Irlanda, v. 72, n. 2, p.178-185, 2008. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738399108001158> >. Acesso em: 30 out. 2009.
- PARAT, H. L. *Érotique maternelle: Psychanalyse de l'allaitement*. Paris: Dunod, 1999.
- PARAT, H. L. *Sein de femme, sein de mère*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael. Seguridad Alimentaria Y Nutricional: Marco Conceptual. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*, 2005.
- PIERREHUMBERT, Blaise. L'amour maternel... un amour impératif. *Spirale*, n. 2, p. 83-83, 2001.
- PINO, A. As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIVANTE, M.; MEDEIROS, A. M.C. Intervenções fonoaudiológicas no aleitamento materno junto às mães de paridade zero. *Mundo Saúde*, n. 30, 2006. Disponível em: < http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/34/intervencoes_fonoaudiologas.pdf >. Acesso em: 8 abr. 2009.
- PIZZINATO, A.; CALESSO-MOREIRA, M. Identidad, maternidad y feminilidad: retos de La contemporaneidad. *PSICO*, v. 38, n. 1, p. 224-232, 2007. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2883/2178> >. Acesso em: 4 jan. 2008.
- QUEIROZ, T. C. da N. *Do desmame ao sujeito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ROLLET-ECHALIER, C. *La politique à l'égard de la petite enfance sous la III République*. Paris: INED, 1990. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 1 out. 2009.
- SAES, S. de O.; GOLDBERG, T.B.L. & ONDANI, L.M. Conhecimento sobre amamentação: comparação entre puérperas adolescentes e adultas. *Rev. Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 24, n. 2, p.121-126, 2006.;
- SANDRE-PEREIRA, G. *Anthropologie de l'Allaitement Maternel en France et au Brésil*. 2006. 352f. Tese (Doctorat en Anthropologie Sociale et Historique de l'Europe), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Université de Toulouse II, Toulouse, 2006.
- _____ *La leche league: des femmes pour l'allaitement maternel (1956-2004)*. CLIO:histoire, femmes et sociétés. *Maternités*, Paris, 119 v. 21, 2005. p. 174-187. Disponível em: < <http://clio.revues.org/index1462.html> >. Acesso em: 7 abr. 2006.
- _____ *L'allaitement maternel et l'identité féminine. Le Brésil et la France*. In: KNIBIEHLER, Y. e NEYRAND, G. (Org.). *Maternité et Parentalité*. Paris: Éditions ENSP, 2004.
- SEPKA, G.C.; GASPARELO, L.; SILVA, A.B.F. ; MASCARENHAS, T.T. Promoção do aleitamento materno com mães adolescentes: acompanhando e avaliando essa prática. *Cogitare Enferm.*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 313-322, 2007. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/10025> >. Acesso em: 20 set. 2008.

SILVA, A. A. M. da. Amamentação: Fardo ou Desejo? Estudo Histórico-Social dos Saberes e Práticas sobre Aleitamento na Sociedade Brasileira. 1990. 320f. Dissertação (Mestrado), Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, 1990.

SMALL, M. F. Our babies, ourselves: how biology and culture shape the way we parent. New York: Anchor Books, 1998.

SMITH, L. Gendered Spaces and Intimate Citizenship: the case of breastfeeding. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 15, n. 2, p. 120-83-98, 2001. Disponível em: < <http://ejw.sagepub.com/content/15/2/83.full.pdf+html> >. Acesso em: 20 jun. 2008.

SUDO, I. Medicalização do corpo das mulheres: o caso da amamentação. Rio de Janeiro, 2004. 166f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, 2004. Disponível em: < http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/ianasudo.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2008.

SWEET, L. Expressed breast Milk as 'connection' and its influence on the construction of 'motherhood' for mothers of preterm infants: a qualitative study. *International Breastfeeding Journal*, London, v. 3, n. 30, 2008. Disponível em: < <http://www.internationalbreastfeedingjournal.com/content/3/1/30> >. Acesso em: 8 abr. 2008.

TURCZINSKI, A.C. de S.; ANDRADE, X.M.V.de; ANDRADE, I.S.N.de O conhecimento das mães internas no Alojamento Mãe-Canguru sobre comunicação e amamentação. *Fono Atual*, São Paulo, v. 8, n. 35, 2006, p. 13-21.

VALSINER, J. *Culture in Minds and Societies*. New Delhi: Sage, 2007.

WALL, G. Moral Constructions of Motherhood in Breastfeeding Discourse. *Gender & Society*, Lawrence, KS, v. 15, n. 4, p. 592-610, agosto de 2001. Disponível em < <http://gas.sagepub.com/content/15/4/592.full.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2008.

WALL, S. An Autoethnography on Learning about Autoethnography. *International Journal of Qualitative Methods*, Alberta, CA, v. 5, p. 2-12, jun 2006. Disponível em: < http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/5_2/PDF/wall.pdf >. Acesso em: 9 maio 2009.

WEIGERT, E. M. L.; GIUGLIANI, E. R. J.; FRANÇA, M. C.T.; ESPIRITO SANTO, L. D. de; KÖHLER, C.V.F. et al. Influência da técnica de amamentação nas frequências de aleitamento materno exclusivo e lesões mamilares no primeiro mês de lactação. *J. Pediatr.*, Rio de Janeiro, v. 81, n. 4. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n4/v81n4a09.pdf> >. Acesso em: 9 abr. 2009.

WINNICOTT, D. W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WINNICOTT, D.W. *O brincar e a realidade*. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Ten steps to successful breast-feeding*. 1989. Disponível em: < <https://apps.who.int/dsa/cat98/z10steps.htm> >. Acesso em: 1 maio 2007.